

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.270.546 - PR (2018/0072203-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : **O E DE S (MENOR)**  
**REPR. POR** : **E C DOS S**  
**ADVOGADO** : **THATIANE CABREIRA E OUTRO(S) - PR037940**  
**AGRAVADO** : **D DE S**  
**ADVOGADO** : **LAERTES JOSE SANT`ANA COSTA JUNIOR E OUTRO(S) - PR031363**

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. REGISTRO DE NASCIMENTO FIRMADO COM VÍCIO DE CONSENTIMENTO. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ.*

*1. Segundo a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, há possibilidade de desconstituição do registro civil de nascimento quando o reconhecimento da paternidade decorrer de algum tipo de vício que compromettesse a vontade do declarante.*

*2. No caso dos autos, porém, infirmar as conclusões do julgado para reconhecer que o autor não foi induzido a erro pela genitora da requerida, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no Enunciado n.º 7 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, NA PARTE CONHECIDA.*

### **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por O E DE S (MENOR) contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE. RECONHECIMENTO DA AUSÊNCIA*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*DE VÍNCULO BIOLÓGICO PELO REQUERIDO EM CONTESTAÇÃO. VÍNCULO SOCIOAFETIVO NÃO CONFIGURADO. RECORRENTE QUE REGISTROU O FILHO DA ESPOSA E, APÓS O DIVÓRCIO, RECEBE A CONFIRMAÇÃO DA AUSÊNCIA DE VÍNCULOS GENÉTICOS COM A CRIANÇA. VÍCIO DE VONTADE. FUNDAMENTO AUTÔNOMO E SUFICIENTE. CABIMENTO DA DESCONSTITUIÇÃO DA PATERNIDADE REGISTRAL. EXCLUSÃO DO NOME DO APELANTE E DOS AVÓS PATERNOS DO REGISTRO DE NASCIMENTO DO INFANTE. ALIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO.*

*1. Em que pese a paternidade biológica não tenha o condão de vincular de maneira incomplicada a filiação, a ausência de liame genético somada à inexistência de vínculos sócio afetivos entre as partes autoriza a desconstituição da paternidade, unicamente registral, que se evidencia nos autos.*

*2. O princípio da boa-fé objetiva, norteador das relações familiares, exige uma análise fática sob o prisma da coerência comportamental, no sentido de fidelidade aos dados relacionais objetivos que constam nos autos.*

*3. A ausência da posse de estado de filho evidenciada na inexistência de qualquer relação entre as partes para além do registro de nascimento ampara a pretensão daquele que, somente após registrar o filho de sua esposa, descobre a ausência de vínculo biológico com a criança. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (e-STJ, fls. 314/315)*

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação aos artigos 138, 1.602, 1.604, do CC/02; ao artigo 333, inciso I, do CPC/73; e ao artigo 489, § 1º, do CPC/15, sustentando que o conjunto probatório demonstra, segundo as pessoas que conheciam seus genitores, que entre eles não existia relacionamento afetivo a justificar o ‘erro’ do agravado, de modo que não poderia ter sido ‘induzido a acreditar que o Embargante era seu filho biológico.

Defende a reavaliação das provas para que seja afastado o vício do consentimento.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 462/464, pugnando pelo desprovimento do recurso.

As contrarrazões não foram apresentadas.

É o relatório.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Passo a decidir.

A irresignação recursal não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

De início, a agravante apontou a tese de ausência de fundamentação, pois o Tribunal de origem não se manifestou sobre a necessidade de reavaliação das provas. Alegou, pois, malferimento do artigo 489, § 1º, inciso IV, do CPC/15.

Sabe-se que a fundamentação das decisões do Poder Judiciário, tal como resulta da letra do inciso IX do art. 93 da Constituição da República e do artigo 489, § 1º, inciso IV, do CPC/15, é condição absoluta de sua validade e, portanto, pressuposto de sua eficácia, consubstanciando-se na definição suficiente dos fatos e do direito que a sustentam, de modo a certificar a realização da hipótese de incidência da norma e os efeitos dela resultantes, tal como ocorreu, no caso.

Dessa forma, não há falar, na hipótese, em violação ao art. 489, § 1º, inciso IV, do CPC/15, por falta de fundamentação do julgado, porquanto as questões abordadas pelos recorrentes foram decididas na medida das pretensões por ele deduzidas, de vez que o voto condutor do acórdão recorrido apreciou, fundamentadamente e de modo completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução diversa da pretendida. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação interposto pelo agravado, deu provimento ao reclamo para reformar a sentença e dar provimento ao pedido de negatória de paternidade sob os seguintes fundamentos:

***Compulsando os autos, verifica-se que sequer foi realizado de exame de DNA para certificar a existência ou não de***

**vínculo genético entre as partes, pois na contestação foi reconhecida a inexistência de vínculo biológico pelo Apelado, sendo, portanto, fato incontroverso nos autos. Inicialmente, insta consignar ser entendimento desta Relatora que a verdade biológica não é suficiente a desconstituir a posse de estado de filho, e nem a invalidar o registro sem a necessária prova de vício capaz de macular o reconhecimento espontâneo da filiação. Isto porque, no contexto da repersonalização das relações familiares, a paternidade emerge não mais como apenas um dado biológico, mas se constitui na tríade: paternidade biológica, jurídica e socioafetiva, que nem sempre se apresentam na mesma pessoa. Assim, para que se obtenha êxito em demanda como a presente, é necessária não só a ausência de vínculos biológicos, mas também a inexistência entre os litigantes da posse de estado de filho. Ou seja, no contexto atual em que a paternidade é fortemente marcada pelas relações socioafetivas, edificadas na convivência familiar, é necessário que se demonstre que as partes não se reconhecem nesta relação paterno-filial. Como se sabe, o conceito de paternidade não se confunde com a noção de ascendência genética. Esta, realmente, é fato incontroverso. Aquela, mais ampla, não se limita a existência ou não de vínculos biológicos, mas sim se constitui na tríade: verdade biológica, jurídica e socioafetiva. No caso em tela, em que pese inexistam vínculos genéticos entre as partes verifica-se que o recorrente registrou o Apelado, durante o casamento, como se seu filho fosse, o que deu origem ao vínculo jurídico entre as partes.**

**Do ponto de vista biológico, fato incontroverso nos autos que o Apelante não é o genitor do Apelado. Por fim, resta a análise do aspecto socioafetivo. Do que consta nos autos, o Apelante e a genitora do Apelado se separaram logo após seu nascimento, restando comprovado nos depoimentos pessoais e pelas testemunhas que após a separação o Apelante não teve mais do que dois ou três encontros com o Apelado, que ainda era um bebê de pouco meses. O Apelante sustentou que mesmo após a separação tentou visitar o Apelado por algumas vezes, mas era impedido pela genitora da criança, a qual não permitiu uma aproximação, desde a separação até a atualidade. Assim, observa-se que sequer foi possível o desenvolvimento de um vínculo socioafetivo entre as partes. Desse modo, in casu, mostra-se impossível afirmar a existência de vínculo afetivo entre as partes, tendo em vista o curto período de convivência que se deu do nascimento do Apelado em julho/2009 a novembro do mesmo ano quando**

***da separação do Apelante com a genitora daquele. Pois bem. Há que se diferenciar, neste ponto, a essencial diferença entre aquele que, ciente de que não é o pai biológico, escolhe registrar como se seu filho fosse, filho de outrem e aquele que, por não ter motivos para desconfiar de que a criança que nasceu não era fruto de seu relacionamento com sua esposa, é levado a erro ao assumir a paternidade jurídica. Ora, se o cenário delineado nos autos revela que o relacionamento entre o recorrente e a genitora do recorrido preexistia ao próprio casamento e que este nasceu na constância da união matrimonial, a prova contida no caderno processual respalda as alegações do apelante no sentido de que registrou o apelado por acreditar que este era seu filho. Assim, uma vez que a possibilidade do marido contestar a paternidade dos filhos da sua mulher (art. 1.601 3 do Código Civil), depende da demonstração, nos termos do art. 1.604 4, de erro ou falsidade do registro, e no caso dos autos restou claro que o apelante foi levado a acreditar que era o pai de uma criança que não gerou, o que evidencia o interesse moral e econômico para vindicar estado contrário ao que dimana do registro de nascimento. Deste modo, em que pese não se desconheça a importante característica da irrevogabilidade do reconhecimento voluntário da paternidade, sua aplicabilidade depende de que referido reconhecimento seja válido e livre de quaisquer máculas que tornem o ato viciado. Deve-se levar em conta que não se trata de pedido de desconstituição de reconhecimento voluntário de paternidade justamente porque ato volitivo que o reconheceu estava viciado. Quando alguém, mesmo com a dúvida acerca da paternidade, porque ciente que foi gerada por força de relacionamento diverso mantido pela genitora da criança, ainda assim a registra como seu filho e, anos após, busca a desconstituição do registro de nascimento pela inexistência de paternidade biológica, certamente terá dificuldades na procedência do pedido, seja pela ausência de erro ou vício de vontade, seja pela situação fática de posse de estado de filho. Situação diversa é a dos autos, em que o recorrente não tinha motivos para desconfiar que o apelado não era seu filho e, por força da aparente estabilidade do relacionamento que mantinha com a mãe biológica, supõe que o filho gerado é seu, e o registra em seu nome, motivo pelo qual revela-se lícito pugnar pela respectiva anulação do assento, ante a ausência de vínculo genético com a criança. Trata-se, portanto, de uma declaração de vontade que não correspondia a verdadeira intenção do pai registral que, somada à confissão da genitora***

# *Superior Tribunal de Justiça*

do Apelado de que o Apelante não é o pai de seu filho e à inexistência de vínculos socioafetivos entre as partes, demonstram que não há razão plausível para a manutenção do registro de nascimento do Apelado. Isto porque a manutenção de uma verdade fictícia, fruto de construção jurídica, não pode se sobrepor à verdade biológica e socioafetiva, ou seja, à própria realidade de vida dos envolvidos, sob pena de perpetuar a situação de erro essencial a que foi submetido o recorrente. (e-STJ, fls. 323/328 - grifou-se)

É sabido que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que é cabível a desconstituição do registro civil de nascimento quando o reconhecimento da paternidade foi efetuado por meio de algum tipo de vício que comprometesse a vontade do declarante.

A propósito:

*RECURSO ESPECIAL. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. 1. PREFACIAL. PAI REGISTRAL INTERDITADO. DEMANDA AJUIZADA POR CURADOR. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. POSSIBILIDADE. 2. MÉRITO. DECLARANTE, SOB A PRESUNÇÃO PATER IS EST, INDUZIDO A ERRO. VERIFICAÇÃO. RELAÇÃO DE AFETO ESTABELECIDADA ENTRE PAI E FILHO REGISTRAIS CALCADA NO VÍCIO DE CONSENTIMENTO ORIGINÁRIO. ROMPIMENTO DEFINITIVO. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA. NÃO CONFIGURAÇÃO. 3. GENITORA QUE SE RECUSA A REALIZAR O EXAME DE DNA NA FILHA. PONDERAÇÃO DE INTERESSES E DAS DEMAIS PROVAS DOS AUTOS. 4. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.*

(...)

*2. É possível a desconstituição do registro quando a paternidade registral, em desacordo com a verdade biológica, efetuada e declarada por indivíduo que, na fluência da união estável estabelecida com a genitora da criança, acredita, verdadeiramente, ser o pai biológico desta (incidindo, portanto, em erro), sem estabelecer vínculo de afetividade com a infante. Não se pode obrigar o pai registral, induzido a erro substancial, a manter uma relação de afeto, igualmente calcada no vício de consentimento originário, impondo-lhe os deveres daí advindos, sem que, voluntária e conscientemente, o queira. A filiação socioafetiva pressupõe a vontade e a voluntariedade do apontado pai de ser assim*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*reconhecido juridicamente, circunstância, inequivocamente, ausente na hipótese dos autos. A socioafetividade se consolidaria caso o demandante, mesmo após ter obtido ciência da verdade dos fatos, ou seja, de que não é pai biológico da requerida, mantivesse com esta, voluntariamente, o vínculo de afetividade, sem o vício que o inquinava.*

3. Nas situações em que a genitora é quem se recusa a realizar o exame de DNA na filha, não é aplicável o enunciado n. 301 da Súmula de Jurisprudência do STJ. Controvérsia que deve ser solucionada a partir da ponderação dos melhores interesses da descendente, levando-se em consideração a eficácia probatória da negativa da mãe, de acordo com as demais provas dos autos, já que inadmissível a produção compulsória do exame. Diante das peculiaridades do caso, notadamente em face da comprovação da inexistência da afetividade paterno-filial e da ausência de interesse em construí-la, impositiva a desconstituição do registro.

4. Recurso especial desprovido.

(REsp 1.508.671/MG, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, **Terceira Turma**, julgado em 25/10/2016, DJe de 09/11/2016 - grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 356/STF. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. AUSÊNCIA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

4. A orientação jurisprudencial do eg. Superior Tribunal de Justiça estabelece a impossibilidade de desconstituição do registro civil de nascimento quando o reconhecimento da paternidade foi efetuado sem nenhum tipo de vício que comprometesse a vontade do declarante. Precedentes.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1562946/MG, Rel. Ministro **Raul Araújo**, **Quarta Turma**, julgado em 03/05/2016, DJe 13/05/2016 - grifou-se)

CIVIL E FAMÍLIA. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE PATERNIDADE. VÍCIO DE VONTADE. FUNDAMENTO AUTÔNOMO E SUFICIENTE

# *Superior Tribunal de Justiça*

**DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO COMBATIDO NO APELO NOBRE. INAFASTÁVEL APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 283 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*1. Ausente impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merecia ser conhecido. Inteligência da Súmula nº 283 do STF, aplicável por analogia, ao recurso especial.*

*2. A jurisprudência desta egrégia Corte Superior já proclamou que a comprovação da ausência de vínculo genético por meio do exame de DNA não é motivo suficiente para amparar pretensão de anulação de registro de nascimento, exigindo-se prova robusta de que o pai registral foi induzido a erro ou coagido a registrar filho de outrem como seu, hipótese não caracterizada. Precedentes.*

*3. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no REsp 1.482.906/PR, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 16/06/2015, DJe de 26/06/2015 - grifou-se)*

Na hipótese dos autos, consoante já destacado, o provimento da ação de negativa de paternidade decorreu da quebra do vínculo socioafetivo entre as partes, bem como em razão do reconhecimento da existência de vício de consentimento, hipótese que permite a retificação do registro civil.

Nesse contexto, afastar as conclusões do julgado, para deixar de reconhecer que o autor da demanda foi induzido a erro pela genitora da demandada, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra vedação no Enunciado n.º da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. FAMÍLIA. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. AUSÊNCIA DE VÍNCULO BIOLÓGICO. REGISTRO DE NASCIMENTO FIRMADO COM VÍCIO DE CONSENTIMENTO. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

*1. "É possível a desconstituição do registro quando a paternidade registral, em desacordo com a verdade biológica, efetuada e declarada por indivíduo que, na fluência da união estável estabelecida com a genitora da criança, acredita,*



# *Superior Tribunal de Justiça*

*verdadeiramente, ser o pai biológico desta (incidindo, portanto, em erro), sem estabelecer vínculo de afetividade com a infante." (REsp 1.508.671/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe de 09/11/2016). Precedentes.*

*2. Na hipótese dos autos, infirmar as conclusões do julgado para reconhecer que o agravado não foi induzido a erro pela genitora do agravante demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra vedação na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 808.552/RN, Rel. Ministro **Raul Araújo**, Quarta Turma, julgado em 15/08/2017, DJe 29/08/2017 - grifou-se)*

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n.º 3/STJ).

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, negar provimento ao recurso especial, na parte conhecida.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**